

Fls. 05 111  
[assinatura]

## ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO MÃOS ESTENDIDAS

### Capítulo I

#### Da denominação, sede e fins,

COASCAL  
Fls. 05  
[assinatura]

**Artigo 1º** - A Associação MÃOS ESTENDIDAS, constituída por Assembleia Geral realizada em 01 de dezembro de 2020, com sede em CE20, nº 0, Qd. 43, Lote 22, setor Costa Esmeralda, CEP 77.800-000, na cidade de Araguaína-TO, é uma associação de fins não econômicos e duração por tempo indeterminado e será regida pelo presente Estatuto e pelas demais disposições legais pertinentes.

**Artigo 2º** - A Associação MÃOS ESTENDIDAS, tem como finalidade principal ações de caráter filantrópico e de assistência social, voltadas para o alcance dos seguintes objetivos sociais:

- I. Assistencial social a crianças e adolescentes, conforme artigo 2º e parag. único, da Lei nº 8.069/90, sem distinção de cor, raça, condição social, credo religioso, ou quaisquer outras formas de disseminação, instruindo no desenvolvimento físico, emocional e espiritual;
- II. Desenvolver atividades sociais, esportivas, recreativas e culturais que estiverem ao alcance;

Articular-se com os Poderes Públicos, o comércio, a indústria e com a comunidade em geral, no sentido de solucionar adequadamente as necessidades do menor carente;

A associação poderá desenvolver outras atividades, além daqueles previstas no seu estatuto, que tenham cunho social ou profissional, inclusive com instalação de república para atendimento de jovens e famílias, além de outras formas de atendimento de crianças ou pessoas carentes da comunidade, inclusive idosos, de modo que a associação e seu patrimônio possam continuar tendo destinação beneficente e de assistência social, nos moldes da política nacional de assistência social, prevista na Constituição da República e na Lei nº 8.772/93, se não puder manter o programa de abrigo previsto na Lei nº 8.069/90.

**Parágrafo Primeiro:** Para a realização dos objetivos indicados neste artigo, a associação poderá realizar bazares, feiras, bem como celebrar convênios, contratos, acordos e termos de parceria com empresas privadas, empresas públicas e de economia mista, bem como com Órgãos públicos, organizações, fundações, entidades de classe, outras associações e instituições financeiras públicas ou privadas, desde que o pacto não implique em sua subordinação ou vinculação a compromissos e interesses conflitantes com os objetivos da Associação, nem arrisque sua independência.

**Parágrafo Segundo:** A associação poderá receber doações, contribuições, heranças, legados e qualquer outra modalidade de incentivo de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras, bem como auxílios e subvenções governamentais, com vistas à consecução de seus objetivos e finalidades a que se destina.

**Artigo 3º** - No desenvolvimento de suas atividades, a associação MÃOS ESTENDIDAS observará os princípios da legalidade

TABELIONATO DE PROTESTO E REGISTRO  
DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Mariana do Socorro Falcão Caldeira  
TABELA E OFICIAL  
Dulciana Falcão Coelho Cabecira  
SUBSTITUA  
Alda Maria Maranhão Sales Silva  
ESCREVENTE  
Fls. 48 DE 148 FOLHAS Nº 1704 2021/01/10

Fora da Jurisdição



suas atividades, dependências ou em seu quadro de associados.

**Artigo 4º** - A associação não remunera, sob qualquer forma, nenhum de seus associados, bem como não distribui lucros ou dividendos a qualquer título ou sob nenhum pretexto, sendo que eventuais excedentes operacionais serão integralmente aplicados no desenvolvimento dos objetivos da associação.

**Artigo 5º** - A associação poderá adotar um regimento interno que para disciplinar seu funcionamento, devendo o mesmo ser submetido à aprovação pela Assembléia Geral.

**Artigo 6º** - A associação poderá organizar-se em tantas unidades quantas se fizerem necessárias, a critério da Assembléia Geral, as quais se regerão por estas mesmas disposições estatutárias.

## CAPÍTULO II DOS ASSOCIADOS, DOS SEUS DIREITOS E DEVERES

**Artigo 7º** - A associação será constituída por um número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias:

- I. **Fundadores:** serão considerados fundadores os associados que participaram da Assembléia de Fundação;
- II. **Colaboradores:** serão considerados colaboradores os associados que contribuirão, inclusive financeiramente, para a realização dos objetivos desta associação.

**Parágrafo Primeiro:** A prática dos atos de associado deve ser feita pessoalmente, sendo admitida a representação por procurador.

**Parágrafo Segundo:** A qualidade de associado é intransmissível e não gera para os herdeiros direitos patrimoniais.

**Parágrafo Terceiro:** Os associados não responderão, solidária e nem subsidiariamente, pelas obrigações ou compromissos de qualquer natureza contraídos pela associação.

**Artigo 8º** - São direitos do associado:

- I. Votar e ser votado para os cargos eletivos da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- II. Tomar parte nas Assembléias Gerais;
- III. Demitir-se.

**Parágrafo Primeiro:** O exercício dos direitos de associado está condicionado ao cumprimento integral e regular dos deveres dispostos neste Estatuto.

**Parágrafo Segundo** - É direito do associado demitir-se da associação, a qualquer tempo, quando julgar necessário, mediante pedido junto à Diretoria da Associação.

**Artigo 9º** - São deveres do associado:

- I. Respeitar e observar as regras deste Estatuto, as disposições regimentais e as deliberações da Assembléia Geral;

TABELIONATO DE PROTESTO E REGISTRO  
DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Marta do Socorro Paixão Caldeira  
TABELA OFICIAL  
Dulciana Paixão Coelho Caldeira  
SUBSTITUTA  
413 - Rua Manoel Calvo Silva

Josefa Genara Dias



**Artigo 10** – O associado que descumprir seus deveres e não observar as regras deste Estatuto estará sujeito às seguintes penalidades:

- I. Advertência;
- II. Exoneração dos cargos e funções que exerça por eleição ou nomeação;
- III. Exclusão.

**Parágrafo Primeiro:** A exclusão do associado será determinada quando ficar configurada a justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso.

**Parágrafo Segundo:** A exclusão do associado não ensejará dever de indenização, tampouco dever de compensação a qualquer título.

### CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Artigo 11** – A Associação exercerá suas atividades por meio dos seguintes órgãos:

- I. Assembléia Geral;
- II. Diretoria;
- III. Conselho Fiscal.

**Artigo 12** – A Assembléia Geral é a instância máxima decisória da Associação, sendo composta por todos os associados em pleno gozo de seus direitos, competindo-lhe deliberar sobre todos os atos relativos à associação e tomar as decisões que julgar convenientes à defesa e desenvolvimento do mesmo, sendo soberana nas resoluções não contrárias às leis vigentes e a este Estatuto.

**Artigo 13** – Compete à Assembléia Geral:

- I. Eleger, a cada 3 (três) anos, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, definindo suas funções, atribuições e responsabilidades de acordo com o presente estatuto;
- II. Destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- III. Excluir associados;
- IV. Aplicar aos associados as penalidades previstas neste Estatuto;
- V. Decidir sobre a organização de novas unidades da associação;
- VI. Deliberar e aprovar o plano de ação e o orçamento, anuais da associação.
- VII. Deliberar e aprovar as reformas e alterações do presente Estatuto;
- VIII. Deliberar e aprovar a aquisição de bens imóveis pela associação;
- IX. Autorizar a alienação ou instituição de ônus sobre os bens pertencentes à associação;
- X. Deliberar sobre a dissolução da associação em ato especificamente convocado para tal, a fim de que, como órgão máximo decisório, determine sobre a paralisação das atividades, fechamento da sede, continuidade do objeto social, sub-rogação dos direitos e deveres de seus membros e destinação de seus bens patrimoniais remanescentes.

**Artigo 14** – A Assembléia Geral será ordinária ou extraordinária, podendo ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora e instrumentadas em ata única.

**Parágrafo Primeiro** – A Assembléia Geral instalar-se-á

TABELA DE PROTESTO E REGISTRO  
DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Marta do Socorro Fátima Caldeira  
TABELA E OFICIAL  
Dulciana Fátima Coelho Caldeira  
SUBSTITUTA  
Alciana Maranhão Sales Silva  
ESCREVENTE  
DATA DE INSCRIÇÃO Nº 1771 CENTRO

forster fernando lopes



- a) Analisar o orçamento e o desenvolvimento do plano de ação;  
b) Debater e deliberar sobre assuntos de interesse da associação.

COASC-AJ  
Fls. 08  
Fls. 08  
Ferreira

II. No segundo semestre de cada ano para:

- a) Apresentação dos resultados alcançados;  
b) Apresentação do Plano de Ação e Orçamento para o próximo ano;  
c) Apresentação do Balanço e aprovação das contas;  
d) Debates e deliberações sobre outros temas relevantes para a associação.

III. A cada três anos para eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal.

**Parágrafo Segundo** – A Assembléia Geral reunir-se-á, extraordinariamente, a qualquer tempo, por motivos de relevância e/ou urgência, quando convocada pela Diretoria, por requerimento de, pelo menos, 1/5 dos associados ou a pedido dos membros do Conselho Fiscal.

**Artigo 15** – A Convocação dos associados para Assembléia Geral dar-se-á mediante edital afixado na sede da Associação com 15 (quinze) dias de antecedência e respectiva publicação em jornal com o mesmo prazo de antecedência.

**Parágrafo Primeiro** – As Assembléias Gerais instalar-se-ão em primeira convocação com a presença de pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados, e, em segunda convocação, trinta minutos após, com qualquer número, sendo as deliberações feitas por metade mais um dos associados presentes.

**Parágrafo Segundo** – As Assembléias Gerais instalar-se-ão com a presença de pelo menos 1/5 (um quinto) dos associados, sendo as deliberações feitas por pelo menos 1/5 (um quinto) dos presentes quando tratarem das seguintes matérias:

- I. Alteração ou reforma total ou parcial do Estatuto;  
II. Exclusão de associado;  
III. Extinção da associação.

**Artigo 16** – A Diretoria é um órgão administrativo e executor da associação, colegiado e eleito pela Assembléia Geral, responsável pela representação institucional da associação, sendo composto por um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro.

**Parágrafo Primeiro** – Compete à Diretoria:

- I. Zelar pelo fiel cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembléia Geral e divulgar a associação;  
II. Propor à Assembléia Geral as modificações que se fizerem necessárias no Estatuto;  
III. Administrar a associação;  
IV. Aprovar e submeter à Assembléia Geral o plano de ação e o orçamento anuais da associação, acompanhando sua execução;  
V. Periodicamente, conforme previsão estatutária, convocar Assembléia Geral Ordinária;  
VI. Deliberar sobre custos, despesas e encargos significativos não previstos no

TABELADO DE PROTESTO E REGISTRO  
DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Marta do Socorro Falcão Caldeira  
TABELA E OFICINA  
Dulciana Falcão Coelho Siqueira  
SUBSTITUTA  
Alda Maria Miranda Sales Silva



VII. Convocar Assembléia Geral, a qualquer tempo, quando julgar necessário. Assinar contratos e demais documentos que se fizerem necessários.

**Parágrafo Segundo** – A eleição dos membros da Diretoria será realizada a cada 3 (três anos), em Assembléia Geral, sendo permitida a reeleição de qualquer membro.

**Parágrafo Terceiro** – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes, os atos de qualquer membro da Diretoria que envolvam a associação em obrigações ou negócios estranhos aos seus objetivos, finalidades e atividades.

**Parágrafo Quarto** – O trabalho desenvolvido pelos membros integrantes da Diretoria é gratuito, por livre e consciente disposição da vontade de cada membro, não implicando em vínculo empregatício ou obrigacional de qualquer natureza.

**Parágrafo Quinto** – A Diretoria reunir-se-á pelo menos uma vez ao ano para avaliação de suas atividades e consecução dos fins planejados.

**Parágrafo Sexto** – Os membros da Diretoria poderão ser destituídos desde que haja justa causa, definida esta em Assembléia Geral, em procedimento idêntico ao de exclusão de associado, previsto neste Estatuto.

#### Artigo 17 – Compete ao Presidente da Diretoria

- I. Zelar pelo fiel cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembléia Geral e divulgar a associação;
- II. Orientar as atividades da associação, cumprindo e fazendo cumprir este Estatuto;
- III. Convocar e presidir Assembléias Gerais;
- IV. Convocar as reuniões da Diretoria que se fizerem necessárias, bem como presidi-las;
- V. Firmar, em nome da Associação, o aceite de doações, convênios, termos de parceria, termos de compromisso, contratos, títulos e acordos de qualquer natureza.

#### Artigo 18 – Compete ao Vice – Presidente da Diretoria:

- I. Zelar pelo fiel cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembléia Geral e divulgar a associação.
- II. Substituir o presidente em sua falta ou em caso de impedimento;
- III. Assumir o mandato de Presidente, em caso de vacância, até o seu término;
- IV. Prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente para a consecução dos fins da associação.

#### Artigo 19 – Compete ao Secretário:

- I. Zelar pelo fiel cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembléia Geral e divulgar a associação;
- II. Supervisionar as reuniões da Diretoria e da Assembléia Geral;
- III. Supervisionar a elaboração de relatórios, organizar e dirigir as atividades da secretaria;
- IV. Guardar e arquivar livros e documentos da esfera administrativa.
- V. Praticar todos os demais atos atribuídos pela presidência da Diretoria.

TABELIONATO DE PROTESTO E REGISTRO  
DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Maria do Socorro Falcão Caldeira  
TABELU E OFICINA  
Dulciana Falcão Coelho Caldeira  
SUBSTITUTA  
Aida Maria Marmelo Sales Silva  
ESCREVENTE

Josefa Ferreira Dias



- Assembleia Geral e divulgar a associação;
- II. Supervisionar a elaboração de relatórios, organizar e dirigir as atividades da tesouraria;
- III. Supervisionar os serviços de contabilidade;

**Artigo 21** – Havendo vacância de uma ou mais cargos da Diretoria, os substitutos serão eleitos por Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim.

**Artigo 22** – O Conselho Fiscal é um órgão colegiado, eleito pela Assembleia Geral, responsável pela fiscalização da Diretoria, sendo composto por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) membros suplentes.

**Parágrafo Primeiro** – Compete ao Conselho Fiscal:

- I. Zelar pelo fiel cumprimento do presente Estatuto e das deliberações da Assembleia Geral e divulgar a associação;
- II. Auxiliar e subsidiar a Diretoria em suas atribuições;
- III. Opinar e aprovar os balanços, contas e relatórios de desempenho financeiro e contábil e as operações patrimoniais realizadas;
- IV. Analisar e fiscalizar as ações da Diretoria e demais atos administrativos e financeiros;
- V. Convocar Assembleia Geral, a qualquer tempo, quando necessário.

**Parágrafo Segundo** – A eleição dos Membros do Conselho Fiscal será realizada a cada 3 (três) anos, em Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição de qualquer membro.

**Parágrafo Terceiro** – O Conselho Fiscal reunir-se-á pelo menos uma vez ao ano para avaliação de suas atividades e consecução dos fins planejados.

**Parágrafo Quarto** – São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes, os atos de qualquer membro do Conselho Fiscal que envolvam a associação em obrigações ou negócios estranhos aos seus objetivos, finalidades e atividades.

**Parágrafo Quinto** – O trabalho desenvolvido pelos membros integrantes do Conselho Fiscal é gratuito, por livre e consciente disposição da vontade de cada membro, não implicando em vínculo empregatício ou obrigacional de qualquer natureza.

**Parágrafo Sexto** – Os membros do Conselho Fiscal poderão ser destituídos desde que haja justa causa, definida esta em Assembleia Geral, em procedimento idêntico ao de exclusão de associado, previsto neste Estatuto.

## Capítulo IV

### DOS RECURSOS FINANCEIROS E DO PATRIMÔNIO

**Artigo 23** – Os recursos financeiros e o patrimônio da associação provêm de:

- I. Contribuições destinadas à manutenção das atividades e aos programas da associação, decorrentes de acordos contratuais e termos de parceria

TABELA DE PROTESTO E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS TÍTULOS E DOCUMENTOS

Maria do Socorro Paolino Caldeira

TABELA E OFICINA

Dulciana Roberto Coelho Caldeira

SUBSTITUTA

Aldia Maria Mourão Sales Silva

Joelma

Genival Dias



Fls. 111

COASC-AL  
Fls. 11

- III. Rendimentos produzidos por todos os bens, direitos e atividades realizadas para a consecução dos objetivos institucionais, tais como, mas não apenas, receitas e aplicações financeiras, prestação de serviços, comercialização de produtos e rendimentos oriundos de direitos autorais.

**Artigo 24** – Todo material permanente, acervo técnico, bibliográfico, equipamentos adquiridos ou recebidos pela associação em convênios, projetos ou similares, incluindo qualquer produto, são bens permanentes da Instituição e inalienáveis, salvo autorização em contrário expressa da Assembléia Geral.

**Parágrafo Primeiro:** Os bens da associação não poderão ser onerados, permutados ou alienados sem autorização da Assembléia Geral convocada especialmente para este fim.

**Parágrafo Segundo:** As despesas da associação deverão guardar estreita e específica relação com suas finalidades.

**Parágrafo Terceiro:** Os recursos e patrimônio da associação serão integralmente aplicados no país.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

**Artigo 25** – A Associação poderá ser dissolvida por decisão da Assembléia Geral, em convocação extraordinária, observadas as disposições do artigo 61 do Código Civil Brasileiro, e, neste caso, seu patrimônio será destinado a instituições similares, preferencialmente que tenham os mesmos objetivos e finalidades desta associação.

**Artigo 26** – Os casos omissos neste Estatuto serão analisados e resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembléia Geral.

**Artigo 27** – O Presidente da Diretoria está autorizado a proceder ao registro deste Estatuto.

O presente Estatuto foi votado e aprovado na Assembléia Geral realizada em 01 de dezembro de 2020, entrando em vigor a partir da data do seu registro.

*Josefa Sena Dias*  
Presidente da Diretoria

*Kellen Dayne Barbosa Monteiro Vasconcelos*

OAB TO 7006

TABELIONATO DE PROTESTO E REG.  
DE PES. JUR. TIT. E DOCUMENTOS

TABELIONATO DE PROTESTO E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS DE ARAGUAÍNA  
Maria do Socorro Falcão Caldeira, Dulclana Falcão Coelho Caldeira, Alda Maria Marinho Sales Silva  
TABELIA E OFICIAL SUBSTITUTA ESCRIVENTE  
Rua 11 de Janeiro, 1221 - Térreo - Edifício Falcão Coelho - CEP: 77.803-40 - Tel.: (63) 3414-1739 (Atendimento) (63) 3414-1972 - Araguaína-TO - CNPJ: 02.773.158/0001-00  
Insc. Est. Inscto. E-mail: carlonoprotesto@uol.com.br

Selo Digital: Nº 129353AAA682760-XER/129353AAA689954-WXB  
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS LIVRO - A  
Protocolado nº 8537 e Registrado nº 6915 - Araguaína, TO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA



NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>42.741.151/0001-40</b> MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>14/06/2021</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>ASSOCIACAO MAOS ESTENDIDAS</b>					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>ASSOCIACAO MAOS ESTENDIDAS</b>				PORTE <b>DEMAIS</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não Informada</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>399-9 - Associação Privada</b>					
LOGRADOURO <b>R CE 20</b>		NÚMERO <b>SN</b>		COMPLEMENTO <b>QUADRA43 LOTE 22</b>	
CEP <b>77.829-086</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>SETOR COSTA ESMERALDA</b>		MUNICÍPIO <b>ARAGUAINA</b>		UF <b>TO</b>
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>JOSEFAPRODUTOS@HOTMAIL.COM</b>			TELEFONE <b>(63) 9227-7009</b>		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>			DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>14/06/2021</b>		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****			DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **30/10/2023** às **08:12:10** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



## DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE E FUNCIONAMENTO

Eu, **Geraldo Francisco da Silva**, portador de CPF 927327801-97 e RG 340015 SSP-TO. Vereador da Câmara Municipal de Araguaína, com sede na Rua das Mangueiras, nº 10, CEP: 77804-110 em Araguaína, TO, inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.216/0001-15, DECLARO para os fins de direito que a ASSOCIAÇÃO MÃOS ESTENDIDAS, inscrita no CNPJ nº 42.741.151/0001-40, com sede na Rua CE 23, Quadra 74, Lote 38, Setor Costa Esmeralda, CEP: 77829-148, na cidade de Araguaína, Estado do Tocantins, funciona regularmente desenvolvendo atividades de caráter beneficente e na defesa de direitos sociais, sem fins lucrativos, representando o interesse da comunidade há mais de 02 anos.

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Araguaína-TO, 27 de maio de 2024

GERALDO  
FRANCISCO DA  
SILVA:9273278  
0197

Assinado de forma  
digital por GERALDO  
FRANCISCO DA  
SILVA:92732780197  
Dados: 2024.05.27  
09:45:11 -03'00'

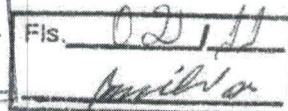
**GERALDO FRANCISCO DA SILVA**

**- Vice-Presidente da Câmara Municipal de Araguaína-TO -**





ATA DE ASSEMBLÉIA DE FUNDAÇÃO E DE  
ELEIÇÃO



No dia 01 de dezembro de 2020 às 19:30 horas, com sede em CE20, nº 0, Qd. 43, Lote 22, setor Costa Esmeralda, CEP 77.800-000, na cidade de Araguaína-TO, atendendo ao Edital de Convocação 30 de novembro de 2020, objetivando constituir uma associação de fins não econômicos cujas finalidades foram descritas na proposta de Estatuto, reuniram-se em Assembléia Geral, os interessados em realizar este ato de constituição, declarando-se maiores e capazes e consignando seus nomes, qualificações e assinaturas, confirmando, assim, suas presenças em lista apartada destinada a este fim.

Por aclamação, a Sra. JOSEFA FERREIRA DIAS foi escolhida dentre os presentes para presidir os trabalhos, bem como a Sra. LETICIA BORGES DOS SANTOS o foi para secretariá-lo. O Presidente, abrindo a sessão, expôs o objetivo da reunião e perguntou aos presentes se todos estavam de acordo, os quais, por unanimidade, concordaram. Em seguida, o Presidente pediu aos presentes a aprovação do nome que a entidade terá, ficando decidido, por unanimidade, que a mesma será denominada: ASSOCIAÇÃO MÃOS ESTENDIDAS.

Definida a denominação, o Presidente procedeu à leitura da proposta de Estatuto da associação, que foi analisado por todos os presentes e aprovado por unanimidade. Por fim, passou-se à eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, saindo vencedores os seguintes membros para os cargos de: Presidente da Diretoria: Josefa Ferreira Dias, nacionalidade: Brasileira, estado civil: Casada, profissão: Aposentada RG:49.529, CPF: 57596484-15, endereço: CE 20 quadra 43 lote 22 CEP:77829086; Vice-Presidente: Edsonia Pereira Dias da Silva, nacionalidade: Brasileira, estado civil: Casada, profissão: Educadora Física RG: 68.102 - 2 via, CPF: 85069019104, endereço: Av. Tietê Q. G20 Lote 16 Araguaína Sul CEP: 77826-490, Secretário: Leticia Borges dos Santos, nacionalidade: Brasileira, estado civil: Solteira, profissão: Consultora de Vendas RG: 1.273.629, CPF: 058.807.551-50, endereço: Rua CE 15 QD 65 LT 32 Costa Esmeralda CEP: 778291-30, Tesoureiro: Hellen Dayane Barbosa Monteiro Vasconcelos, nacionalidade: Brasileira, estado civil: Casada, profissão: Advogada RG: 1031.297, CPF: 026.012.371-47, endereço: Rua dos Eletricistas, número 577, jardim paulista CEP:77.809-500, Membros do Conselho Fiscal: Karen Leticia Gomes da Silva, nacionalidade: Brasileira, estado civil: Solteira, profissão: Estudante RG:1.343.281, CPF:075.092.891-30, endereço: Rua Das Palmeiras, número 325, Araguaína Sul CEP:77827230, Leonardo Felipe Dias Bueno, nacionalidade: Brasileira, estado civil: Solteiro, profissão: Auxiliar Administrativo RG: 1.160.519, CPF: 046.147.271-66, Endereço: CE 20 quadra 43 lote 22, Joyce Lanna Dias Bueno, nacionalidade: Brasileira, estado civil: Casada, profissão: Assistente Administrativo, RG: 1.156.673, CPF: 025.589.921-12, endereço: Rua CE 20 Qd 43 LT 22 costa esmeralda CEP:77829086; Membros suplentes do Conselho Fiscal: Thaís Ribeiro de Oliveira Barbosa, nacionalidade: Brasileira, estado civil: Casada, profissão: Dentista, RG: 746.473, CPF: 015308741-22, endereço: rua Aquiles de Pina 295 CEP: 77818-190 em Araguaína-TO.; Aline Alves De Miranda, nacionalidade: Brasileira, estado civil: Solteira, profissão: Estudante, RG: 1.244.472, CPF: 055.627.861-50, endereço: Rua:20 Qd:43 Lt:22 Setor Costa Esmeralda, CEP:77829086 em Araguaína-TO; Leoniza Braga do Nascimento, nacionalidade: Brasileira, estado civil: solteira, profissão: do lar, RG: 274.680, CPF: 961.293.521-15, endereço: Rua CE 18, quadra 33, lote 31, setor osta esmeralda em Araguaína-TO.

Declarada a eleição dos referidos associados, foram os mesmos

TABELONATO DE PROTESTO E REGISTRO  
DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Maria do Socorro Falcão Caldeira  
TABELA  
Dulciana Patrício Coelho Caldeira



empossados para o triênio de 01 de dezembro de 2020 a 01 de dezembro de 2023. Concluídos os trabalhos, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembléia e lavrada a presente ata, que, lida e aprovada, é assinada pelo Presidente e Secretário desta Assembléia.

COASC-AL  
Fls. 15

COASC-AL  
Fls. 15

Josefa Ferreira Dias  
Presidente

COASC-AL  
Fls. 15

Geteina Borges dos Santos  
Secretário

COASC-AL  
Fls. 15

[Assinatura]  
Tesoureiro

**CARTÓRIO DO 2º**  
**OFÍCIO DE NOTAS**  
Bel. Mauricio Melo Araújo  
TABELIAO  
Iracema Moraes de Sousa  
SUBSTITUTA  
Rua 1º de Janeiro, 1155 - Centro - Araguaína - TO - CEP 77.803-140 - Fones: (63) 3414-2222 / 3414-2224

Selo Digital nº 128397AAB222470-YJT, 128397AAB222471-GKJ  
Confirme autenticidade: <http://correcedoria.tito.lus.br/index.php/selodigital>  
Reconheço por verdadeira as assinaturas de JOSEFA FERREIRA DIAS e  
ETICIA BORGES DOS SANTOS, pessoa por mim identificada e por  
aver sido aposta em minha presença. Dou fé. 0064 - 15837A.  
Araguaína-TO, 24 de maio de 2021.

Em testº da verdade.  
[Assinatura]  
Cleonete Soares dos Santos - Escrevente



Cartório do  
2º Ofício de  
Notas de

**CARTÓRIO DO 2º**  
**OFÍCIO DE NOTAS**  
Bel. Mauricio Melo Araújo  
TABELIAO  
Iracema Moraes de Sousa  
SUBSTITUTA  
Rua 1º de Janeiro, 1155 - Centro - Araguaína - TO - CEP 77.803-140 - Fones: (63) 3414-2222 / 3414-2224

Selo Digital nº 128397AAB222474-YOM  
Confirme autenticidade: <http://correcedoria.tito.lus.br/index.php/selodigital>  
Reconheço por semelhança a assinatura de HELLEN DAYANE BARBOSA  
MONTEIRO VASCONCELOS, posto análoga à constante em nosso  
arquivo. Dou fé. 0064 - 502967 - Araguaína-TO, 24 de maio de 2021.

Em testº da verdade.  
[Assinatura]  
Cleonete Soares dos Santos - Escrevente



Cartório do  
2º Ofício de  
Notas de

TABELIONATO DE PROTESTO E REGISTRO  
DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Maria do Socorro Falcão Caldeira  
TABELIA E OFICIALA  
Dulciana Falcão Coelho Calceira  
SUBSTITUTA  
Alda Maria Maranhão Sales Silva  
ESCREVENTE  
RUA 1º DE JANEIRO, Nº 1.221 CENTRO  
ARAGUAÍNA TOCANTINS FONE: 63 3414-1972



Participaram da reunião de constituição da Associação de nova diretoria:

Josefa Ferreira Dias

Josefa Ferreira Dias  
CPF: 575.964.841-15

Edsonia Pereira Dias da Silva

Edsonia Pereira Dias da Silva  
CPF: 85069019104

Letícia Borges dos Santos

Letícia Borges dos Santos  
CPF: 058.807.551-50

Hellen Dayane Barbosa Monteiro Vasconcelos

Hellen Dayane Barbosa Monteiro Vasconcelos  
CPF: 026.012.371-47

Karen Letícia Gomes da Silva

Karen Letícia Gomes da Silva  
CPF: 075.092.891-30

Leonardo Felipe Dias Bueno

Leonardo Felipe Dias Bueno  
CPF: 046.147.271-66

Joyce Lanna Dias Bueno

Joyce Lanna Dias Bueno  
CPF: 025.589.921-12

Thais Ribeiro de Oliveira Barbosa

Thais Ribeiro de Oliveira Barbosa  
CPF: 015.308.741-22

Aline Alves De Miranda

Aline Alves De Miranda  
CPF: 055.627.861-50

Leoniza Braga do Nascimento

Leoniza Braga do Nascimento  
CPF: 961.293.521-15

TABELIONATO DE PROTESTO E REGISTRO  
DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS  
Mara do Socorro Falcão Caldeira  
TABELIÃ E OFICIALA  
Dulciana Falcão Coelho Calceira  
SUBSTITUTA  
Alda Maria Marinho Sales Silva  
ESCREVENTE  
RUA 1º DE JANEIRO, Nº 1.221 CENTRO  
ARAGUAINA TOCANTINS FONE. 63 3414-1972





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**

37058008/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**JOSEFA FERREIRA DIAS**

OU

**CPF n. 575.964.841-15**

Certidão emitida em 17/05/2024, às 09:57:45 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 17/05/2024, às 06:23:29.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

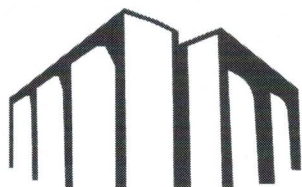
Certidão: 37058008

Código de Validação: 5F66 B07D 3B88 7F84 95F1 3946 251B 492A

Data da Atualização: 17/05/2024, às 06:23:29







**PODER  
JUDICIÁRIO  
ESTADO DO TOCANTINS**



1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. b2a430d2

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

JOSEFA FERREIRA DIAS

CPF n. 575.964.841-15

Certidão emitida em: 17/05/2024, às 10:02:23 (data e hora de Brasília)

**Observações:**

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço [https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2\\_prod\\_1grau/externo\\_controlador.php?acao=cj\\_online&acao\\_origem=&acao\\_retorno=cj](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 17/05/2024, 10:02:26





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: JOSEFA FERREIRA DIAS**  
**CPF: 575.964.841-15**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:06:56 do dia 17/05/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/11/2024.

Código de controle da certidão: **8C2D.D0E7.F28D.D891**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



## CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRIBUTARIOS MUNICIPAL DE CONTRIBUINTE

CERTIDÃO NÚMERO: 334223

### DADOS DO CONTRIBUINTE

SUJEITO PASSIVO: 149756 - JOSEFA FERREIRA DIAS

CPF/CNPJ: 575.964.841-15

ENDEREÇO DO CONTRIBUINTE: CE20 Rua 2 Qd. CE20 Lt.0022, COSTA ESMERALDA, Vila Ferreira, ARAGUAÍNA / TO, CEP 77808520

### CERTIDÃO E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A Fazenda Pública Municipal, atendendo requerimento do contribuinte acima identificado, **CERTIFICA** que, revendo seus arquivos, até a presente data, **EXISTINDO** pendências, cuja responsabilidade tributaria e/ou fiscal e ao mesmo atribuída.

Ressalva-se a Fazenda Publica no direito de constituir novos créditos cuja responsabilidade possa ser igualmente atribuída ao contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressaltando-se, mais, no direito de consolidar a inscrição municipal acima epigrafada os débitos porventura vinculados a outras inscrições municipais, em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Por ser verdade, firma o presente **CERTIDÃO** para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Sexta-feira, 17 de Maio de 2024.

### SEGURANÇA:

VALIDADE ATÉ: Quinta-feira, 15 de Agosto de 2024 (90 dias).

EMITIDA: Sexta-feira, 17 de Maio de 2024 às 10:26:45

Código de Validação: 11740334223

Certidão emitida gratuitamente.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A validade deste documento fica condicionada à verificação de sua autenticidade

QRCode







**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO**  
**CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA**



37058073/2024

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, **PROCESSOS** de classes **CRIMINAIS** contra:

**LETICIA BORGES DOS SANTOS**

OU

**CPF n. 058.807.551-50**

Certidão emitida em 17/05/2024, às 09:59:38 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Tocantins.

Observações:

- a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço <https://sistemas.trf1.jus.br/certidao>, por meio do código de validação abaixo;
- b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
- c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
- d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
- e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):  
Seção Judiciária: Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 17/05/2024, às 06:23:29.
- f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º Grau.

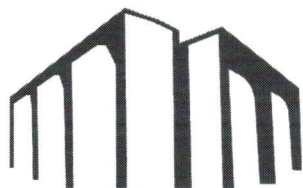
Certidão: 37058073

Código de Validação: 57F9 483A C757 A117 545A 6BF2 7695 ECE5

Data da Atualização: 17/05/2024, às 06:23:29







**PODER  
JUDICIÁRIO  
ESTADO DO TOCANTINS**



1ª INSTÂNCIA

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CRIMINAIS**

N. 0ba2b710

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando o sistema processual abaixo indicado, NÃO CONSTAM, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes de acordo com o Anexo IV da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins contra:

LETICIA BOORGES DOS SANTOS

CPF n. 058.807.551-50

Certidão emitida em: 17/05/2024, às 10:03:39 (data e hora de Brasília)

**Observações:**

- a) A presente certidão judicial se destina a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida, figura no pólo passivo da relação processual originária;
- b) Consulta pública realizada no sistema e-Proc;
- c) A certidão não abrange os processos: que tramitem em segredo de justiça ou sigilo; que tenham tramitado ou tramitem nos sistemas PROJUDI, SPROC e SEEU; que tenham como classe processual falência, concordata, recuperação judicial e insolvência civil para os casos em que o devedor figurar no pólo ativo da demanda; procedimentos pré processuais em trâmite perante os CEJUSCs e procedimentos administrativos referentes ao Projeto Pai Presente.
- d) A consulta abrange todos os órgãos julgadores de primeira instância do TJTO, incluindo processos de suscitação de dúvida, processos que tramitam perante os juizados, processos de execuções fiscais e processos de competência da Justiça Militar.
- e) Certidão emitida gratuitamente às pessoas físicas. Pessoas jurídicas se sujeitam ao pagamento das despesas processuais, conforme disposto no Provimento nº 11/2019, Portaria nº 94/2015, bem como suas alterações;
- f) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 60 (sessenta) dias, por qualquer interessado no site do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, endereço [https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2\\_prod\\_1grau/externo\\_controlador.php?acao=cj\\_online&acao\\_origem=&acao\\_retorno=cj](https://eproc1.tjto.jus.br/eprocV2_prod_1grau/externo_controlador.php?acao=cj_online&acao_origem=&acao_retorno=cj)
- g) Certidão expedida nos termos da Resolução n.º 121/2010 do CNJ e da Portaria Conjunta n.º 02/2023 do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins;
- h) Válida por 60 (sessenta) dias - Provimento nº 02/2023 e suas alterações;

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, impressa em 17/05/2024, 10:03:42





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: LETICIA BORGES DOS SANTOS**  
**CPF: 058.807.551-50**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:09:24 do dia 17/05/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 13/11/2024.

Código de controle da certidão: **193E.4A27.5662.A7AF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA  
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS  
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:

5729248



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA FÍSICA**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:**

**NOME** LETICIA BORGES DOS SANTOS

**CPF:** 058.807.551-50

**ENDEREÇO:** RUA. CE 15, SN, JD. COSTA ESMERALDA - ZONA URBANA

**MUNICÍPIO** ARAGUAÍNA - TO

**FINALIDADE:**

CADASTRO

**HISTÓRICO:**

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

**Fundamentação Legal -** Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

**Validade -** O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço <http://www.to.gov.br/sefaz>

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente, o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

**Data Emissão:** Sexta-feira, 17 de Maio de 2024 - 10h 24m 29s

Emitida Via INTERNET

**Atenção:**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Esta certidão esta vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.